

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA CNM 5420 – MONOGRAFIA

EDUARDO DO NASCIMENTO

**COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO POR AJUDA MÚTUA NO URUGUAI: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE A FUCVAM.**

FLORIANÓPOLIS

2011

EDUARDO DO NASCIMENTO

**COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO POR AJUDA MÚTUA NO URUGUAI: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE A FUCVAM.**

Monografia apresenta à Disciplina CNM 5420 do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr.Armando de Melo Lisboa

FLORIANÓPOLIS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO POR AJUDA MÚTUA NO URUGUAI: UM
ESTUDO DE CASO SOBRE A FUCVAM.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção da carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por: Eduardo do Nascimento

Orientador: Prof. Armando Lisboa

Áreas de Pesquisa:

Palavras-Chaves: 1. Cooperativismo
2. Cooperativa de Habitação
3. Déficit Habitacional

Florianópolis, junho de 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Eduardo do Nascimento na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Armando Melo Lisboa
Presidente

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Membro

ARQT. Leonardo Pessina
Membro

Florianópolis, 2011

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a DEUS pela consciência e o dom da vida.

Aos meus pais: Edson e Marlise e meus avós: Olíndio *in memórian*, Maria Irene, Manoel Adolfo e Marli, por todos esses anos no qual sempre investiram em minha educação. E com muito carinho apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até essa etapa de minha vida.

A minha noiva Andréia, por me ensinar o verdadeiro significado das palavras: amor e companheirismo.

Ao Prof. Armando de Melo Lisboa pela paciência na orientação e incentivo que tornaram a conclusão desta monografia possível.

Agradeço também Leonardo Pessina, pelas conversas sobre a FUCVAM no qual muito enriqueceram esse trabalho.

A todos os professores do curso de ciências econômicas da UFSC, que me proporcionaram uma sólida formação.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência”

KARL MARX

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	9
1.1 Tema e problema	10
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Metodologia	11
CAPÍTULO II - RAÍZES HISTÓRICAS DO COOPERATIVISMO	12
2.1 Origens do cooperativismo	13
2.3 Cooperativismo no mundo	17
2.4 Cooperativismo no Brasil	18
2.5 Conceitos de cooperativismo	20
2.6 Ramos do cooperativismo	25
2.7 Princípios do cooperativismo	28
2.8 Representatividade do sistema cooperativo	30
CAPÍTULO III - COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO	33
3.1 Cooperativas de habitação por ajuda mútua	34
3.3 Lei nacional uruguaia de habitação	37
CAPÍTULO IV - FUCVAM	43
4.1 A Criação de um Bairro Cooperativo	46
CAPÍTULO V - CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	50
ANEXO	52

RESUMO

O presente trabalho analisa a evolução histórica do cooperativismo no Brasil e no mundo, além de apresentar embasamento teórico referente à doutrina e os princípios, assim como alguns conceitos relacionados ao tema, e os ideais dos principais precursores do cooperativismo e a representação de todo o sistema. O cooperativismo habitacional no Uruguai foi um dos objetos de estudo desse trabalho para isso foram abordados temas como a história do sistema de habitação uruguaio, além das suas características e legislações. O foco foi o desenvolvimento das cooperativas habitacionais por ajuda mútua, desde sua criação até os dias atuais, mostrando o quanto elas procuram estabelecer através da educação, cultura e autogestão - uma nova organização social capaz de sanar os problemas de moradia através de um modelo de construção ao mesmo tempo fraterno, solidário e eficaz.

Palavras-chave: cooperativismo habitacional; cooperativas habitacionais por ajuda mútua no Uruguai; FUCVAM.

ABSTRACT

This monograph analyzes the historical evolution of cooperatives in Brazil and worldwide, and presents a theoretical foundation concerning the doctrine and principles, as well as some concepts related to the subject, and the ideals of the main precursors of the cooperative and the representation of the entire system. The housing cooperative in Uruguay was one of the objects of study of the work for this, themes such as the history of Uruguayan housing system in addition to its features and laws. The focus was the development of housing cooperatives for mutual aid, from its creation until the present day, showing how they seek to establish through education, culture and self-management - a new social organization able to address the housing problems through a model construction while fraternal solidarity and effective.

Keywords: housing cooperatives; mutual-aid housing cooperatives in Uruguay; FUCVAM.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Os avanços tecnológicos que ocorreram na Europa a partir do século XVIII ocasionaram vários problemas de caráter social. Os principais impulsionadores desses problemas foram às inovações tecnológicas aliadas à concentração da riqueza nas mãos da classe burguesa. Aos poucos a mão-de-obra masculina foi sendo substituída pela feminina e a infantil, assim como os operários foram substituídos pelas máquinas, com isso houve uma redução nos custos de produção, fazendo com que os lucros dos industriais ficassem enormes à medida que a classe operária foi ficando cada vez mais degradada.

Mediante tanta dificuldade, vários intelectuais, revolucionários e pensadores da época descreveram formas alternativas de produção. Uma das formas obteve grande êxito em proporcionar uma maneira de produzir, no qual não houvesse exploração e humilhação. Nesse modo de produção as pessoas cooperam entre si, formando as cooperativas, a fim de melhorar o nível de vida do grupo. A primeira cooperativa moderna formou-se na Inglaterra no ano de 1848, sob a modalidade de consumo. Os integrantes além de conseguirem libertar-se das amarras da exploração, conseguiram alcançar através da fraternidade e ajuda mútua uma vida melhor e mais digna.

Os primeiros cooperativistas, chamados de pioneiros de Rochdale, estabeleceram que o cooperativismo é um movimento político-social que busca a correção de problemas econômicos, assim como transformar a sociedade através da educação. Atualmente o déficit habitacional é um problema que assola vários países e o cooperativismo habitacional tem procurado corrigir essa deficiência.

Como exemplo, podemos citar as cooperativas habitacionais uruguaias por ajuda mútua, modelo cooperativo que mais se aproxima dos ideais dos pioneiros de Rochdale, onde o bem estar humano sobrepõe-se ao lucro e ao individualismo, para criar condições de liberdade, igualdade e fraternidade.

1.1 Tema e problema

O trabalho visa analisar a FUCVAM (Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua). E sua finalidade é mostrar o sucesso dessa federação na formação de uma sociedade mais justa e digna. O estudo baseia-se em informações adquiridas em livros de diferentes autores e de entrevista com um dos fundadores da FUCVAM.

Assim sendo, tem-se como base a evolução histórica de formação e desenvolvimento das cooperativas habitacionais uruguaias de habitação por ajuda mútua, procurando responder a seguinte questão: **em que medida a FUCVAM contribuiu e continua a contribuir para a construção de moradias dignas e de qualidade?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Comprovar a eficiência da modalidade de cooperativa de habitação por ajuda mútua, na construção de moradias dignas e de qualidade.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Estudar a história do cooperativismo no Brasil e no mundo;
- Traçar um perfil histórico do cooperativismo;
- Mostrar os fundamentos do cooperativismo;
- Traçar a evolução do cooperativismo habitacional no Uruguai;
- Relatar o histórico de formação da FUCVAM;
- Demonstrar os benefícios do cooperativismo na solução dos problemas sociais.

1.3 Metodologia

A pesquisa para elaboração da presente monografia pode ser considerado exploratória, pois tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a tornar o trabalho mais explícito. Envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no tema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2002).

Quanto aos procedimentos técnicos, neste estudo monográfico foram utilizados: pesquisas bibliográficas; pesquisa documental; levantamentos e estudo de caso. Como o objetivo da análise é sumariar as observações de forma que estas permitam respostas às perguntas da pesquisa. O objetivo da interpretação é a procura do sentido mais amplo de tais respostas, por sua ligação com outros conhecimentos já obtidos (SELLTIZ et al apud RAUEN, 1999, p. 122). Os objetivos foram atingidos através da ligação de todos os dados e com a demonstração empírica de um caso de sucesso.

CAPÍTULO II - RAÍZES HISTÓRICAS DO COOPERATIVISMO

A cooperação é algo eminente a humanidade. Na chamada pré-história os seres humanos já tinham consciência que os indivíduos juntos, tinham mais chances de sobrevivência, do que separados. Aristóteles no ano 300 a.C. já havia chegado à conclusão que o homem é um ser social e que a união entre os homens é natural, porque o homem é um ser naturalmente carente que necessita de coisas e de outras pessoas para alcançar a sua plenitude. Segundo Aristóteles (1999, 1252A-1253A) “As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir um sem o outro, ou seja, a união da mulher e do homem para perpetuação da espécie”. Na medida em que o homem passou a viver em conjunto, a ajuda mútua e a solidariedade passaram a ser um fator importante, pois dependia delas, para sua sobrevivência.

O termo cooperação origina-se do verbo latino *cooperari*, uma junção de *cum* e *operari*, resultando no significado de operar juntamente com alguém, prestação de auxílio para um fim comum. Nas palavras de Cenzi (2009, p.17) “*cooperação é uma forma de incorporação social, no qual pessoas se unem para atingir os mesmos objetivos*”. A cooperação é fruto da solidariedade instintiva de um grupo. Os povos antigos cooperavam para garantirem sua sobrevivência, desde a pesca e a caça até para construções de moradias e para a defesa mútua.

Do ponto de vista sociológico o termo cooperação é bem explanado por (PINHO apud CENZI, 2009, p. 17) a qual afirma que:

Cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos (PINHO apud CENZI, 2009, p. 17).

Para Cenzi a expressão cooperativismo é originária de cooperação e mesmo com sentidos análogos, não se confundem. Essa idéia é aclarada por (FRANKE apud CENZI, 2009, p.18), no qual descreve as duas lógicas do que é cooperativismo.

A palavra “cooperativismo” pode ser tomada em duas acepções. Por um lado, designa o sistema de organização econômica que visa a eliminar os desajustamentos sociais oriundos dos excessos da intermediação capitalista; por outro significa a doutrina corporificada no conjunto dos princípios que devem reger o comportamento do homem integrado naquele sistema.

Portanto o cooperativismo pode então ser considerado uma forma nobre de cooperação. Porém cooperação não é sinônimo de cooperativismo, mas podemos defini-la como uma relação entre indivíduos visando alcançar objetivos comuns. Todavia esse altruísmo nem sempre é benéfico a todos, como por exemplo, em cartéis, onde somente quem faz parte do grupo é beneficiado e quem está fora é prejudicado. No cooperativismo observamos que não somente os cooperados se beneficiam do associativismo, pois analisando o sétimo princípio do cooperativismo, que é o da responsabilidade social, percebemos a importância de as cooperativas se apoiarem e trabalharem para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades. Mas para realizar os fins econômicos e sociais ao qual se propõe o cooperativismo, precisa de um instrumento, que é a sociedade cooperativa. CENZI (2009) nos orienta que a cooperativa enquanto sociedade de pessoas e não de capital, não está voltada ao lucro, embora tenha fins econômico-sociais. Ainda segundo ele, com associação de pessoas, estas assumem o papel de sócios, usuários e clientes ao mesmo tempo, fazendo com que haja um afastamento do objetivo do lucro, no qual é típico das sociedades de capital.

2.1 Origens do cooperativismo

Desde a idade média a aliança e a cooperação já se mostravam eficiente e a economia se desenvolvia através de grupos profissionais. Entre os séculos XI e XIII, nota-se uma mudança demográfica e econômica na Europa, sendo que estava se formando os pilares para a formação de uma sociedade urbana. Houve então um crescimento urbano, fruto do aumento dos centros populares que eram formados por grupos profissionais, como por exemplo, os artesões que era o grupo mais numeroso e os mercadores.

Com o iluminismo e a revolução tecnológica, surgiu por volta de 1760 a primeira revolução industrial, nesse período os artesões começaram a trabalhar em casa e não mais nas fábricas, deixando esse espaço para os operários. Esses recebiam salários menores, devido ao incremento do tear mecânico e das máquinas a vapor. A produtividade aumentou muito

fazendo com que a diferença na produção dos artesãos e dos operários ficasse cada vez maior. Como consequência desse processo as unidades fabris precisavam cada vez menos de trabalhadores gerando uma massa operária desempregada, provocando ainda outros problemas sociais.

Maurice Herbert Dobb em seu livro (DOBB apud CENZI, 2009, p.22) descreve muito bem esse período, em que os trabalhadores, não dispunham mais dos meios de produção:

...o conhecimento e juízo mais maduro de hoje indicam claramente que aquilo que a Revolução Industrial representou foi a transição de um estágio inicial e ainda imaturo do capitalismo, em que o modo de produção pré-capitalista foi penetrado pela influencia do capital, subordinado ao mesmo, despido de sua independência como forma econômica, mas ainda não inteiramente transformado, para um estágio em que o capitalismo, com base na transformação técnica, atingiria seu próprio processo específico de produção, apoiado na unidade de produção em grande escala e coletiva da fábrica, efetuando assim um divórcio final do produtor quanto á participação de que ainda dispunha dos meios de produção e estabelecendo uma relação simples e direta entre capitalistas e assalariados.

Conforme Singer (1998), a classe operária reagiu à revolução capitalista através de duas maneiras. Primeiro opondo-se ao capitalismo industrial e segundo tentando buscar amparos institucionais. Os trabalhadores enquanto vendedores de sua força de trabalho sentiam-se inferiores por serem pobres e nessa condição viam-se dependentes desta venda, tendo inclusive que concorrerem entre si. O fruto dessa concorrência¹ era uma queda cada vez maior nos salários dos trabalhadores.

Porém, apesar de todas as tentativas, a organização econômica dos trabalhadores em defesa de seus direitos tradicionais contra a ameaça da industrialização foi tornada legal e reprimida até 1824. (SINGER, 1988). Outros trabalhadores também sentiram que opor-se à industrialização sem o apoio legal e desprovidos do paternalismo estatal, seria uma causa perdida. Logo a única opção que restava aos trabalhadores era desenvolver um projeto de sociedade em que seus interesses pudessem ser realizados através do aproveitamento das forças produtivas desencadeadas pelas máquinas e pelos motores. (SINGER, 1998). A semente desse projeto germinou a mais antiga cooperativa com existência documentada, que é a dos trabalhadores dos estaleiros Woolwich e Chatham, no ano de 1760. De acordo com Singer (1998) essas duas cooperativas fundaram moinhos de cereais nos moldes cooperativistas para não terem que pagar os altos preços cobrados pelos moleiros. Logo a primeira cooperativa documentada é do ramo que atualmente chamamos de produção.

¹ Para a burguesia a concorrência e a pobreza dos trabalhadores foram fundamentais para a consolidação do capitalismo industrial. Apesar de sempre pregarem a livre concorrência, a burguesia às vezes fundia seus capitais para obterem ganho de escala e muitas vezes formando monopólios

É notório que a cooperativa é uma evolução das uniões de artesões como exposto acima, os quais se organizavam em sociedades de ajuda mútua que tinham a finalidade de arrecadar fundos para atender emergências que iam desde doenças até para criação de moinhos e padarias. Como a França era uma das maiores produtoras de trigo no século XVIII, a guerra da Grã-Bretanha contra a França fizeram com que o preço desse bem de primeira necessidade disparassem, então podemos considerar que outro fator importante, o qual favoreceu o surgimento das cooperativas e em especial as de consumo, foi à exploração dos patrões, que enquanto empregadores remuneravam mal os trabalhadores. Era também propriedade dos patrões os armazéns (monopolistas) que forneciam alimentos a um preço maior que o de mercado, fazendo com que os trabalhadores pegassem dinheiro emprestado com o patrão a juros elevados, provocando o endividamento dos trabalhadores, e facilitando para que ficassem “amarrados” ao trabalho, destruindo assim uma das maiores virtudes, que é a liberdade.

No entanto, aos poucos linhas de reivindicações começam a despertar novas idéias que seriam importantes. Para Cole e Eostgate (apud SINGER 1998) havia uma conexão muito forte entre as cooperativas operárias e o sindicalismo. Os trabalhadores começaram a buscar uma nova ordem social baseada na fraternidade humana.

Outras idéias como as “aldeias de cooperação” proposta por Owen, que já em 1817 formulou um plano, para que os fundos que sustentavam os pobres, ao invés de serem distribuídos, fossem investidos em compras de terras, para a formação de aldeias cooperativas que abrigassem em torno de 1200 pessoas. Essas trabalhariam nas terras para produzirem sua própria subsistência, sendo o excedente comutado entre as aldeias. (SINGER, 1998). Esta não deveria ser mais uma proposta paternalista do Estado, mais sim deveria ser construída pelos próprios operários.

Apesar de muitos se destacarem na busca de melhores condições trabalhistas, ainda existiam grandes desafios a serem superados, na dimensão social. Um fato marcante e importante a mencionar e que nos revela traços de uma cooperativa de consumo, ocorreu por volta de 1840, quando 28 operários, em sua maioria tecelões começaram a se unir, objetivando mudanças que pudessem garantir uma vida mais digna. Ao perceberem que os problemas existentes, eram comuns à todos e tinham cunho financeiro, primeiramente tentaram uma greve por melhores salários, que acabou não vitoriosa. Como não havia legislação trabalhista na época, a situação dos operários que não era das melhores, acabou ficando em estado de miséria. Em novembro de 1843, o grupo começou a discutir maneiras de combater aquele estado de miséria absoluta. Passaram uma lista de adesões e começaram a

recolher dinheiro e a formar um caixa. Como se sentiam explorados pelos donos dos meios de produção e dos donos dos grandes armazéns, concluíram que se realizassem compras em comum, poderiam garantir produtos básicos a um preço menor.

Em outubro de 1844, com muito sacrifício, conseguiram juntar através de recursos próprios 28 libras. Esses tecelões registraram e fundaram uma sociedade, a “Rochdale Society of Equitable Pionners”. No dia 21 de dezembro de 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale inauguraram suas atividades, a primeira cooperativa moderna no mundo, de modalidade consumo. Os produtos eram adquiridos no atacado, em quantidades maiores. Sendo repassados aos cooperados por um preço menor do que o de varejo. Dentre esses produtos de consumo básico, destaca-se a compra de: manteiga, açúcar, farinha de trigo, aveia, velas de sebo e carvão.

Assim sendo, os Pioneiros elaboraram um projeto, que significou uma reação pacificamente organizada, em face de opressão dos agentes econômicos e políticos da época. Todos os historiadores e analistas do Cooperativismo são unânimes em reconhecer que aqueles operários tiveram a plena noção de **planejamento**. (SOUSA, 2008). A sociedade tinha por um fim melhorar as condições domésticas, econômicas e sociais de seus membros.

Os registros “rochdaleanos” que viveram até nossos dias descrevem os seguintes grandes itens do projeto, a linha básica estatutária:

1. Abrir um armazém para o fornecimento de gêneros alimentícios, vestuário e outras utilidades mais imediatamente necessárias para os membros;
2. Comprar ou construir casas para membros que quisessem ajudar-se mutuamente, a fim de melhorarem as condições da vida doméstica e social;
3. Fabricar artigos que os associados julgassem convenientes, com o objetivo de proporcionar trabalho aos membros desempregados ou com salários insuficientes;
4. Organizar a produção e distribuição de bens e a educação, no seu próprio meio e com os recursos do grupo, como uma colônia autônoma em que todos os interesses e resultados fossem comuns;
5. Assegurar trabalho e renda para os trabalhadores;
6. Fomentar a poupança interna dos membros, em regime de economia mútua, para garantir o sucesso do empreendimento;
7. A sociedade deveria abrir, em um de seus ambientes físicos, um estabelecimento de temperança – local onde os membros necessitados aprendessem a se corrigir de vícios e excessos, como o alcoolismo;

8. Deveria também auxiliar outras sociedades cooperativas que desejassem fundar colônias semelhantes.

Os Pioneiros de Rochdale, através de seu projeto, indiretamente criaram algumas variedades de cooperativas. Como no item 2, em que a construção de casas para os membros, atualmente consideramos como uma forma de cooperativa habitacional.

Na época em que o projeto foi elaborado, muitos artesões e operários locais estavam interessados. Além de torcer pelo seu sucesso, preferiram esperar os frutos amadurecerem. Apesar de na história já houvesse registros de experiências de grupos associativos em busca de benefícios comuns, o projeto dos Pioneiros pode ser considerado como algo mais consistente e organizado.

2.3 Cooperativismo no mundo

Em 1835 Robert Owen, sugere a associação de todas as classes, de todas as nações objetivando a criação de uma cooperativa central com designativas em todos os locais onde houvesse associações. Apesar da idéia não ter tido sucesso, não foi completamente abandonada. No ano de 1851, um congresso na Inglaterra, reuniu 44 cooperativas. Foi a primeira organização de varias cooperativas. Nesse congresso, foi plantada a semente para a criação da ACI (Aliança Cooperativa Internacional).

Segundo Cenzi (2009) para melhor dimensionar o alcance que a iniciativa dos 28 artesãos de Rochdale proporcionou, observamos que atualmente são 224 organizações-membro, nacionais e internacionais, em mais de 100 países e com participação de aproximadamente 800 milhões de pessoas em todo mundo. Ele reforça que para vários países o cooperativismo representa a melhor opção em meio a determinada atividade econômica, tornando-se assim imprescindível a sua escolha.

...no Kênia, por exemplo, 95% da produção de algodão é originária dos associados em cooperativas; já na Noruega e no Uruguai, mais de 90% da produção de leite tem suas origens nas cooperativas. No Brasil, não é diferente, pois mais de 60% da produção de trigo, apenas para citar uma, vem das cooperativas. E assim se faz maior ou menor escala em todos os países onde existem cooperativas (CENZI, 2009, p.110).

O sistema cooperativo é reconhecido por várias organizações internacionais, como uma forma de gerar progresso econômico e social. Dentre eles podemos destacar a OIT (Organização Internacional do Trabalho) que em sessão de conferência na Genebra no dia 21 de junho de 1966, fez várias recomendações. A mais importante, foi sobre as disposições especiais relativas ao papel do cooperativismo na solução de problemas. Também muito importante, foi a Carta de Buenos Aires, a qual apóia e conclama os países ao cooperativismo. Essa carta foi incluída pela OEA (Organização dos Estados Americanos) em seus anais no ano de 1969. E talvez, o maior reconhecimento, veio através da ONU (Organização das Nações Unidas), primeiramente em 1969, através do Conselho Econômico e Social, no qual edita a resolução 1.413 e depois em 23 de dezembro de 1994, através da Resolução 49/155, onde faz recomendações de apoio e incentivo a cooperativas.

Isso é claramente visto quando Ênio Meinen (apud CENZI, 2009, p.36), afirma que o princípio da justiça social é o norte orientador e do cooperativismo em relação à livre iniciativa, fazendo com que haja um meio de desenvolvimento justo e equilibrado da sociedade, razão porque, com freqüência tem sido objeto de aconselhamento em fóruns de mobilização internacionais ou governos supranacionais.

Na América Latina o sistema cooperativista vem tentando promover a igualdade e a fraternidade entre os homens, baseando-se na assistência mútua e na democracia.

2.4 Cooperativismo no Brasil

No Brasil a cooperação e a solidariedade se confundem com a história do país. Segundo a OCB (2004), entre os anos de 1530 e 1879 existiram vários movimentos históricos que tinham caráter de cooperação e solidariedade. De acordo com BENATO (2004) o início da construção de um estado cooperativo em bases integrais, deu-se no ano de 1610, com a fundação das primeiras reduções jesuíticas no país. Durante 150 anos esse modelo deu exemplo de sociedade solidária fundamentada no trabalho coletivo, no qual o bem estar do indivíduo e da família se sobrepunha ao interesse econômico da produção. Esses princípios eram baseados na persuasão, movida pelo amor cristão e pelo princípio do auxílio mútuo. Essa idéia de trabalho coletivo era encontrada entre os indígenas brasileiros e quase em todos os povos primitivos.

Ainda de acordo com BENATO (1994) o início do movimento cooperativista em nosso país, começou a aparecer mais forte em 1847, através do médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias de Charles Fourier e sob o apoio da Imperatriz do Brasil, Dona Tereza Cristina. Fundou a Colônia Tereza Cristina, situada no vale do Rio Ivaí, atual municípios de Cândido de Abreu e Reserva no meio oeste do Paraná. O movimento começou com um grupo de 87 franceses trazidos ao Brasil e posteriormente também vieram poloneses, ucranianos, alemães e alguns brasileiros.

A OCB (2004) nos aponta que em 1889, nas Minas Gerais, o Cooperativismo finalmente se concretizou no Brasil, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. As atividades estavam voltadas à venda de gêneros de consumo a construção de prédios para alugar e vender, assim como caixa de auxílio e socorro a associados. Logo a primeira cooperativa brasileira era de consumo, mas também de habitação e crédito. Após o surgimento da cooperativa mineira, várias outras surgiram em seguida. Na ordem cronológica: a Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira (SP), no ano de 1891; a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricole, em Alfredo Chaves (RS) e Antonio Prado (RS), em 1892 e a Cooperativa Militar de Consumo do Rio de Janeiro, em 1894.

Apesar da enorme difusão do cooperativismo, no Brasil, não existiam pessoas com profundo conhecimento em associativismo, isso se deu por vários fatores; primeiramente não haviam materiais didáticos sobre o tema, além da dimensão territorial brasileira que é enorme, dificultando a propagação dos ideais do cooperativismo e seguido da escravidão, que desprovia a liberdade como um todo. Segundo dados os escravos não puderam se associar até o ano de 1888.

Atualmente as cooperativas brasileiras vem contribuindo para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas em várias regiões do Brasil, tal melhora é feita através de uma maior participação coletiva, de preços mais competitivos, tarifas menores, maior arrecadação tributária e melhor distribuição de renda (CENZI, 2009).

Conforme OCESC 2011, as cooperativas elevam o IDH (índice de desenvolvimento humano) dos municípios, reduzem as desigualdades sociais e promovem o desenvolvimento econômico local.

Na tabela abaixo podemos observar significativas mudanças nas comunidades onde existe cooperativas o IDH é ligeiramente maior, do que locais onde não existem cooperativas. Como o IDH é calculado em indicadores de renda, educação e longevidade, pode-se concluir que pelo fato de o sistema cooperativista preservar a qualidade de vida e principalmente a

educação e a elevação da renda, basta uma elevação nesses indicadores que o IDH se eleva também.

Tabela 1: IDH do Cooperativismo em 2005

IDH DO COOPERATIVISMO – 2005						
	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Nº cooperativas	669	1755	716	2949	1429	7518
% municípios com cooperativas	29,37	30,99	36,30	32,19	31,31	31,71
Cooperativas por município	1,44	0,97	1,59	1,76	1,20	1,35
IDH municípios <u>sem</u> cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	0,666
IDH municípios <u>com</u> cooperativas	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	0,701

Fonte: CENZI (2009).

2.5 Conceitos de cooperativismo

As cooperativas podem ser caracterizadas como associações de pessoas, no qual se unem com objetivos econômicos e sociais, buscando a formação de uma sociedade justa, fraterna e livre, conforme vimos acima.

Com as cooperativas os associados recebem vantagens através do mutualismo entre as partes, gerando serviços de qualidade. Porém é importante salientar que os objetivos das cooperativas não ficam somente no âmbito econômico e social, já que a formação de uma cooperativa prevê a implementação de um espírito coletivo, no qual o cooperado irá aprender valores como: solidariedade, mutualismo, economia moral. Esses valores serão essenciais para o cooperado através da autogestão e da autonomia conseguir tornar-se proprietário da sua força de trabalho e conseguir viver dentro de uma coletividade com harmonia.

A cooperativa autogestionária é um tipo de cooperativa no qual a decisão é sempre tomada por seus participantes em regime de democracia direta. A autogestão apresenta uma forte vantagem, pois o cooperado deve estar sempre envolvido com a administração da cooperativa. Segundo Nascimento (2004) a autogestão remonta a idéia de Rosa Luxemburgo da “Experimentação Social” da articulação da idéia autogestionária com as experiências concretas e concluindo que é agindo coletivamente que as massas aprendem a se autogerir.

Os princípios do cooperativismo podem se estender por longos debates, bem como os fundamentos postulados pelos precursores, inclusive toda a sua malha teórica.

Como dito anteriormente entre os séculos XVIII e XIX na Europa, os trabalhadores estavam sofrendo devido aos precários processos de trabalho. Não havia uma legislação trabalhista e também era proibida qualquer forma de associação ou defesa dos interesses da classe operária. O trabalho manufatureiro foi cada vez mais sendo substituído pela máquina a vapor e pelo tear mecânico, aumentando assim a concorrência entre os trabalhadores e fazendo com que a mão de obra europeia ficasse cada vez mais barata. Os trabalhadores afetados pelas consequências adversas advindas da Revolução Industrial, como injustiças econômicas e por consequência o empobrecimento, apoiavam-se em vários pensadores socialistas, que assim como eles, não aceitavam as condições desumanas a que os trabalhadores eram submetidos.

Esses pensadores começaram a estudar as formas de organizações de várias civilizações antigas, até chegarem na cooperação como uma maneira de organização social, no qual os operários poderiam otimizar seus recursos próprios para viverem com dignidade. Assim começaram a divulgar experiências e idéias para tentar modificar o comportamento da sociedade.

Os primeiros pensadores do cooperativismo, também chamados de socialistas utópicos, têm como principal preocupação o enfrentamento das injustiças sociais, como afirma Pinto:

Os pensadores utopistas daquela época levantavam polêmicas quando expunham o quadro de miséria e penúria em que se encontrava a classe trabalhadora europeia e criavam formas de enfrentar as injustiças sociais. E, esse discurso apresentava terreno fértil para o aparecimento das idéias contestatórias que propunham um novo modelo de relações entre o capital e o trabalho. É nesse clima de insatisfação social que o socialismo utópico atinge seu ápice, propondo mudanças nas relações trabalho-capital e defendendo parâmetros de justiça social e distribuição equitativa da riqueza gerada pela classe operária. (Pinto, 2009 P.65)

Dentre os principais pensadores e idealizadores, é notório a participação de Robert Owen (1771-1858), que é considerado o pai do cooperativismo moderno. Ele é natural de Newton, no País de Gales e apesar da origem modesta, virou sócio de uma grande empresa de tecelagem em New Lanark. As ações de Owen estavam sustentadas em três pilares principais:

combater o lucro e a concorrência, por considerá-los os principais responsáveis pelos males e injustiças sociais; combater a divisão social entre operários e patrões, pois considerava que toda produção devia ser dos trabalhadores e sugeria a criação de medidas previdenciárias e de assistência social aos funcionários de sua fábrica de fios de algodão em New Lenarc na Escócia. Também depois de observar a miséria acometida aos operários, começou um projeto de reforma social. A primeira ação do projeto foi a redução da jornada de trabalho de 17 para 10 horas por dia. Posteriormente proibiu o trabalho de menores de 10 anos, dando-lhes ensino gratuito. A sua iniciativa era também uma possível influência á diversos empresários, tentando sensibilizá-los e integrá-los na política social.

Por ter cuidado dos trabalhadores Owen conseguiu um inesperado aumento dos resultados de sua empresa. Ele ainda fundamentava que para modificar os homens, seria necessário modificar o meio social. Pois o homem é resultado desse meio. Mas essa mudança deveria ser de maneira gradual e pacífica para que ninguém sofresse com tal mudança.

Segundo a OCB (2011), Owen considerava a idéia de trabalho como fonte de felicidade e medida de valor o principal alicerce do principio da cooperação. Por estar decepcionado com os empresários e o governo, aconselhava diretamente os trabalhadores, fornecendo-lhes estímulos à reforma social pela associação comunitária. Ele acreditava que a sociedade futura deveria ser formada através de federações de comunidades cooperativas governadas pelos próprios produtores.

Outro importante precursor das idéias autogestionárias, foi François Marie Charles Fourier (1772-1837), que considerava a natureza humana imutável, porém tinha compreensão de que esta precisava de um ambiente adequado para florescer. Julgava necessário criar comunidades autogeridas, que seriam os conhecidos falanstérios, como forma de impulso a coletivização, pois acreditava que a principal causa dos erros na agricultura fosse devido á propriedade privada da terra (Prestes Motta, 1987, pg. 13).

Fourier explanava que os problemas sociais, poderiam ser resolvidos através da organização coletiva da vida em comum. Insistia “no fato de que os grupos econômicos a serem criados só dariam bons resultados se fossem formados por diferentes membros pertencentes a todas as classes sociais, o qual denominou ‘falanges’, evocando as invencíveis falanges da armada macedônica” (MLADENATZ, 2003,p.52 apud. Rangel 2004).

Fourier idealizava um local onde o camponês traria seus produtos que seriam conservados em boas condições até a venda, sendo que o produtor receberia um adiantamento, com juros baixos. Nesse local se reuniriam qualquer tipo de pessoas como os donos dos meios de produção, operários e comerciantes. Segundo Pinho (1977) os falanstérios eram como

grandes hotéis cooperativos com 1500 pessoas em regime comunitário. A principal idéia do ponto de vista social seria unir ricos e pobres para substituir o sentimento de competição pelo de cooperação e do ponto de vista econômico, seria gastar pouco para desfrutar um máximo de conforto.

Fourier propunha basicamente o fim dos abusos e da exploração inerentes ao sistema capitalista, isso se explica também porque ele era filho de um rico comerciante e vivia modestamente como empregado do comércio, pois perdera toda sua fortuna em uma desastrosa especulação. (RANGEL. 2004)

Outro importante precursor foi William King (1786-1858), que segundo a OCB (2011), foi um médico famoso que se dedicou ao cooperativismo de consumo, impulsionou a classe trabalhadora na Inglaterra, para que criassem suas próprias fábricas e lojas. Fundou em 1827 uma cooperativa que ficou conhecida como Union Shops. Nessa cooperativa todo o lucro do fundo era destinado à compra de terras ou casas para os cooperados.

Ainda outros importantes pioneiros do cooperativismo foram: Philippe Buchez (1796-1865), Herman Schultze (1808-1883), Louis Blanc (1812-1882), Friedrich Raiffeisen (1818-1888), Luigi Luzzatti (1841-1927), Charles Gide (1847-1932), Teodoro Amstadt (1851-1938) e Roy Bergengren (1879-1955)

Conforme Pinho (1977), Buchez idealizou uma cooperativa que unisse trabalhadores de uma mesma profissão. Ele foi discípulo de Saint-Simon, no qual pregava a reorganização da vida socioeconômica por meio da transformação social dos homens.

Já Herman destacou-se pela organização de Bancos Populares, especialmente entre os artesãos que não conseguiam crédito a juros reduzidos. Em 1863 apresentou ao Parlamento Prussiano um projeto de auxílio mútuo, sendo que em 27/03/1867 baseado nesse projeto foi promulgado o primeiro Código Cooperativo da Alemanha e do mundo.

Blanc é precursor das cooperativas de produção e condenava a livre concorrência. Ao contrário de Buchez, Blanc era a favor da intervenção estatal nas cooperativas. Ele afirma que a associação assegura ao homem o direito de trabalhar e garantir à sua existência em contra parte o Estado deveria financiar a criação da “oficina social” que viria a ser dentro do sistema econômico uma maneira de inserir os operários dentro do mercado de trabalho. Sendo que cada oficina seria formada por operários de uma mesma indústria, no qual seria fundamentada na democracia sob o espírito da solidariedade e da fraternidade.

Raiffeisen foi o principal organizador de cooperativas de crédito na Alemanha durante os anos difíceis de 1847 a 1848, com finalidade de ajudar os agricultores. Devido ao seu

grande amor pela agricultura fundou em Plammersfeld, com 60 habitantes locais, uma sociedade de auxílio-mútuo visando o crédito agrícola.

Luigi ao estudar na Alemanha conheceu Herman Schultze, nesse contato adquiriu conhecimentos sobre o Cooperativismo de Crédito Urbano. Em 1863 publicou “A difusão do crédito e o Banco Popular”, no qual exprimiu suas primeiras idéias sobre as Cooperativas de Crédito. Seu sistema foi inspirado no de Herman, porém adaptado para a realidade da Itália. Sendo os primeiros bancos populares fundados na Itália a partir de 1864.

Charles Gide Foi um dos principais idealizadores da doutrina cooperativa e o mais destacado líder do Cooperativismo de Consumo. Em 1884 rompeu com a economia política clássica e no ano seguinte, discursou na abertura no 11º Congresso Cooperativo, realizado em Lyon. Ele propôs a fundação de grandes armazéns de atacado para vendas em grande escala, para posteriormente produzir tudo o que seria necessário à sociedade e por fim dominar a produção agrícola. Gide assegura isso quando diz: "eu lhes mostrei um fim imediato e presente: a educação econômica da classe operária pela associação cooperativa; e um fim mais distante: a emancipação da classe operária pela transformação do salário".

Teodoro Amstadt importante líder rural e cooperativista se destaca pela criação da Associação Rio Grandense de Agricultores e pela fundação da primeira Cooperativa de Crédito no Brasil em 1902, seguindo os moldes do modelo Raiffeisen, do município de Nova Petrópolis. Também podemos considerá-lo o pai do Luzzattismo brasileiro por ter criado a primeira Cooperativa tipo Luzzatti, no município de Lajeado, em 1905. Participou também diretamente da fundação de 15 Cooperativas de Crédito entre 1902 e 1923. A partir desta data até 1928, colaborou com a construção de outras 26 Cooperativas. Amstadt foi de suma importância para a consolidação do sistema e para criação da primeira Central de Cooperativas de Crédito do Brasil, em 1925.

Roy Bergengren viajou pelos EUA fazendo lobby perante as Assembléias Legislativas para promulgar leis favoráveis as cooperativas de crédito. Após ter conseguido seu objetivo em 45 estados americanos, trabalhou no Congresso Americano, conseguindo a promulgação de uma lei federal em detrimento do Cooperativismo.

2.6 Ramos do cooperativismo

Como descrito pela SESCOOP, no Brasil existem cooperativas em 13 setores da economia, sendo que todas estão representadas a nível nacional pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e nas unidades federais pelas (OCES).

A OCB, como a entidade representativa do cooperativismo brasileiro, estabeleceu os ramos do cooperativismo baseados nas diferentes áreas em que o movimento atua. Essa divisão facilita a organização vertical das cooperativas em confederações, federações e centrais. Os atuais ramos reconhecidos foram aprovados pelo Conselho Diretor da OCB em 04 de maio de 1993. Para melhor entendimento, seguem sucintamente a variação de cada ramo o que nos remonta as variadas formas de apresentação cooperativista.

O ramo agropecuário é formado por cooperativas de produção que englobam produtores rurais, agropastoris e pescadores. É um dos ramos com o maior número de cooperativas e cooperados no Brasil. Sendo o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro. (OCB, 2011). Podemos observar que a sua participação é expressiva nas exportações, sendo importante para a balança de pagamentos do Brasil. Além de abastecer o mercado externo o ramo agropecuário é extremamente importante a nível nacional pelo fato de abastecer com volume considerável o mercado interno de produtos alimentícios. É o ramo agropecuário que presta um enorme leque de serviços, desde a assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, até a assistência social e educacional dos cooperados. Mas é importante ressaltar que para um maior crescimento do ramo é preciso ainda motivar a adesão de trabalhadores rurais, que são parte integrante da cadeia produtiva, para que esses consigam angariar os benefícios do progresso econômico.

Já a cooperativa de consumo é dedicada à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados. Foram as primeiras a entrar em funcionamento no Brasil, como apresentado já nesse trabalho e costumam seguir o modelo da Cooperativa pioneira de Rochdale. (OCB, 2011). Elas podem ser divididas em dois tipos: as abertas e as fechadas. As abertas, ou populares, são as que admitem qualquer pessoa que queira a elas se associar. E as fechadas são as que admitem como cooperados, somente as pessoas ligadas a uma mesma cooperativa, sindicato ou profissão, que por sua vez, geralmente oferece as dependências, instalações e recursos humanos necessários ao funcionamento da cooperativa.

Inicialmente a maioria das cooperativas de consumo eram fechadas, chegando a ter centenas delas no Brasil. Porém devido a incidências de vários impostos como o ICM,

diminuiu consideravelmente a competitividade dos preços praticados pela cooperativa. OCB (2011).

No entanto no Brasil, em face do gigantismo de certas redes de distribuição de alimentos, elas encontram dificuldades para operarem em larga escala, permanecendo isoladas e restritas, na maioria das vezes em clubes e empresas específicas. ALVES (2002),

Outro ramo importante são as cooperativas de crédito, onde segundo a OCB (2011) objetivo é promover a formação de poupança e financiar as necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados, atuando tanto no crédito rural e urbano. Possui três sistemas: SICREDI, SICOOB e UNICREDI, e é formado por dois bancos cooperativos: BASICREDI e BANCOOB.

Já o BCB (Banco Central do Brasil) define as cooperativas de crédito como uma instituição formada por uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída para prestar serviços a seus associados. Sendo que o seu objetivo é prestar serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados, fornecendo crédito e outros produtos financeiros, como: (aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, etc), desenvolvendo o espírito de cooperação e ajuda mútua.

Sob o ponto de vista do direito, explanado por (Alves, 2002), as cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados, subordinados aos atos normativos do Banco Central do Brasil e do estatuto social.

Com a educação no Brasil passando por diversos problemas, tanto na pública que está aviltada e na privada com mensalidades exorbitantes. As cooperativas educacionais visam corrigir este impasse, com vantagens para os alunos e para os professores. Para os alunos é importante na medida em que melhora a qualidade do ensino, assim como desonera os custos com o ensino e para os professores, pois melhora o seu rendimento.

Segundo a OCB (2004), a primeira cooperativa educacional brasileira foi constituída em 1982, através da união de pais de alunos que objetivavam unir ensino de boa qualidade com preço justo.

As escolas cooperativas são administradas e formadas por pais de alunos ou professores, no qual, promovem a educação com base na democracia e na cooperação, sem estimular a competição.

Ainda na educação o ramo especial fundamentado pela Lei 9.867/9, é constituído de cooperativas formadas por pessoas em situação de desvantagem, como deficiência física, sensorial e psíquica, ex-condenados ou condenados a penas alternativas, dependentes químicos e adolescentes a partir de 16 anos em difícil situação familiar econômica, social ou afetiva. As cooperativas atuam visando à inserção no mercado de trabalho desses indivíduos, geração de renda e a conquista da sua cidadania. (OCB, 2004).

Já para solucionar o déficit habitacional, o ramo das cooperativas habitacionais podem vir a ser uma solução para quase todas as classes sociais desprovidas de moradia, seria uma via eficiente e viável, que segundo a OCB (2004) são cooperativas destinadas à construção manutenção e administração de conjuntos habitacionais para o seu quadro social. O diferencial é a construção de habitações a preços justos, abaixo do mercado, pois não visam o lucro. Com a extinção do BNH (Banco Nacional de Habitação), em 1986. A área de habitação passou por um período de desarticulação e desestruturação. A partir desse momento no Brasil as cooperativas desse ramo assumiram grande impulso. Embora a primeira cooperativa habitacional tenha surgido em 1951, o ramo se organizou somente em 1992, adiando um maior crescimento.

Para amenizar o quadro social com serviços essenciais, como energia e telefonia, surgem as cooperativas de infra-estrutura, que segundo OCB (2011), o ramo existe desde 1941 e atende principalmente a pequena e média propriedade rural. Atuam na construção de redes, assim como pela geração, produção, manutenção e operação. É um ramo de cooperativa muito importante, pois preenche lacunas das concessionárias de energia em regiões de baixo consumo.

Por sua vez o ramo mineral atua na pesquisa, extração, lavra, industrialização, comércio, importação e exportação de produtos minerais. De grande alcance social, está presente principalmente nas pequenas e médias jazidas, que não despertam interesse nas mineradoras. Essas cooperativas contam com incentivos concedidos pela constituição de 1988, que prevê incentivos específicos para a área.

As cooperativas de mineração adquirem grande importância pelo imenso estoque mineralógico nacional, em que pese as dificuldades de organização dos garimpeiros, geralmente pessoas muito simples, com sofrível formação educacional, que circulam por diversas regiões, atraídos pela riqueza mineral do lugar, aglomerando-se sem nenhuma noção cooperativista. (ALVES, 2002)

Outro ramo de extrema importância ao Brasil é o ramo de produção, que estimula o empreendedorismo, em um grupo com os mesmos objetivos profissionais, numa área de

atividade produtiva, para produzir bens e produtos. Segundo (Pinho, 1977) esse ramo visa eliminar o patrão, suprimir o salário e fornecer aos operários os instrumentos para que eles produzam e possuam o direito de dispor do produto do seu trabalho.

Seguimos no ramo do trabalho, que (Alves, 2003) nos assegura que é um tipo de cooperativa decorrente do processo de globalização que, no Brasil, tem privilegiado a especulação com ganhos financeiros em prejuízo dos investimentos na economia propriamente dita. É um formado por cooperativas de profissionais de mesma atividade, ou atividades relacionadas, no qual prestam serviços a terceiros. Como principal objetivo, podemos destacar a melhora na remuneração e nas condições dos trabalhadores.

Para assegurar a saúde assinalamos o ramo da saúde; que dedica-se a prevenção e promoção a comunidade. Sendo formado por médicos, dentistas, psicólogo entre outros. Segundo OCB (2011) as cooperativas médicas existem há mais de três décadas quando o ramo, genuinamente brasileiro, foi desmembrado do ramo Trabalho em 1996 devido a sua força e representatividade.

Na tentativa de assegurar um meio de transporte de qualidade a um preço justo, observamos o ramo transporte, que é composto por cooperativas de carga e passageiros, sendo um desmembramento do ramo trabalho. É o mais novo dos ramos, foi criado em 2002. Já nasceu forte e estruturado, com uma frota de mais de 5 mil veículos. (OCB 2004).

As cooperativas de transporte possuem 4 modalidades: transporte individual de passageiros (táxi e moto táxi), transporte coletivo de passageiros (vans,ônibus, dentre outros, transporte de cargas (caminhão, motocicletas, furgões, etc) e transporte de escolares (vans e ônibus). (OCB, 2011)

Por fim, e não menos importante temos o ramo Turismo e Lazer criados em 2000, durante assembleia geral ordinária da OCB. É um ramo promissor devido ao grande potencial turístico brasileiro. As cooperativas desse ramo destinam-se à prestação de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, esportes e hotelaria por profissionais dessas áreas.

2.7 Princípios do cooperativismo

Conforme OCB, os Princípios Cooperativos são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática.

Os Pioneiros, como já apresentado nessa pesquisa, formularam um modelo bem sucedido de regras de funcionamento e gestão. (OCB, 2004). Em 1937 durante o congresso da ACI realizado em Paris essas normas foram reunidas em cinco tópicos, que indicavam as principais características para um empreendimento ser considerado uma cooperativa.

Nos anos de 1966, no Congresso em Viena e em 1995, no Congresso Centenário da ACI em Londres dois novos princípios foram criados, totalizando os sete princípios atuais. Os princípios aprovados como base de orientação à prática dos valores cooperativos são descritos a seguir: Adesão Livre e Voluntária - onde as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminação de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

As pessoas são livres para aderirem e permanecerem na cooperativa, sem qualquer discriminação. Porém os objetivos devem ser os mesmos propostos pelo Estatuto da Sociedade, pois esse é a lei maior, no qual se encontra atrelado à Lei das Cooperativas. Assim um trabalhador da construção civil irá se associar em uma cooperativa de trabalhadores da construção civil e não em cooperativas de trabalhadores rurais.

Gestão Democrática e Livre - onde as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau, os membros tem igual direito de voto, ou seja, um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

Segundo Benato (2004, p.42), os dirigentes relapsos ou incapazes podem ser destituídos pelos demais sócios. Sendo que é vetado nesse tipo de sociedade oportunizar vantagens á alguém, já que todos ao serem donos do mesmo negócio, possuem igualdade tanto de direitos como em responsabilidades, independente do valor do capital inserido na sociedade.

Participação Econômica dos Sócios - Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condições de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será indivisível; benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

Autonomia e Independência - As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem ao capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

Educação, Treinamento e Formação - As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir eficazmente, para o desenvolvimento de suas cooperativas. Informam o público em geral, especialmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação. BENATO (2004, p.52), nos afirma que a educação prepara o homem para a liberdade e para a cidadania, tornando-o participativo e receptivo a novas tecnologias, a novos conceitos e a novas regras de mercado. Sendo através da educação que o homem é moldado para a sociedade, tornando-se mais eficaz e dinâmico.

Intercooperação - As cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, religiosas, nacionais e internacionais

Na medida em que as cooperativas interagem e se integram, conseguem redução de custos operacionais, financeiros e estruturais. Beneficiando os cooperados e fortalecendo o sistema

Preocupação com a Comunidade- As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos membros.

Nesse sentido, as cooperativas trabalham para o bem estar comunitário, por meio de programas socioculturais que podem ser realizados em parceria com o Estado ou outras entidades não cooperativas.

2.8 Representatividade do sistema cooperativo

O Sistema Cooperativo é representado por vários órgãos, que vão desde as cooperativas singulares, até a Aliança Cooperativa Internacional.

A nível internacional a ACI (Aliança Cooperativa Internacional), a qual é uma organização não-governamental independente, tem como principal função, preservar e defender os princípios cooperativistas. Sua sede está localizada na cidade de Genebra na

Suíça. De acordo com OCESC (2004) a ACI foi à primeira organização não-governamental a possuir assento consultivo na Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 e também conta com a parceria de diversas agências internacionais de desenvolvimento.

Segundo OCB (2004) a ACI conta com mais de 230 organizações, em mais de 100 países, que representam mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo. Desde 1992, ela, passou a contar com quatro seções regionais, dividindo competências entre os continentes: ACI Europa, ACI Américas, ACI África e ACI Ásia e Pacífico. O conselho administrativo da ACI passou então a ser formado por 20 membros, sendo o presidente, quatro vice-presidentes - um por seção - e 15 conselheiros. A filiação do Brasil ocorreu em 1989 e em 1992, Roberto Rodrigues, que era presidente da OCB, foi eleito presidente da ACI Américas. Tal cargo conferiu automaticamente a vice-presidência da ACI. No Congresso de 1995, Roberto Rodrigues, foi um dos idealizadores do sétimo Princípio Cooperativista. No ano de 1997, o Brasil entrou para história da entidade, pois Roberto foi o primeiro não europeu eleito a presidência mundial da ACI, ocupando o cargo até 2001.

Dentre as principais funções da ACI, pode ser destacada a promoção de intercâmbios de melhores práticas. No qual viagens frequentes de intercâmbios de cooperativistas, ajudam a aprimorar o sistema.

A ACI Américas (Aliança Cooperativa Internacional para as Américas) é o órgão de representação regional da ACI para o continente americano, cujo principal objetivo é promover o reposicionamento do modelo de cooperativa no novo suporte econômico, político, social e comercial dos membros da ACI Américas, divulgando e defendendo a identidade cooperativa, a promoção de negócios e desenvolvimento social.

O Escritório Regional pode ser considerado o elo entre as cooperativas nas Américas e na rede mundial, facilitando a integração e a tomada de decisões pelos órgãos políticos regionais da ACI Américas.

A OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) é o órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil. Pela Lei 5.764/71, a OCB é considerada um órgão técnico-consultivo do governo e congrega as organizações estaduais de cooperativas, as OCEs². Foi criada no IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo em 1969 na cidade de Belo

² Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ocb/historia.asp> Acesso em 05 abri. 2011: Ao idealizar a entidade representativa do Cooperativismo brasileiro e aceitar o desafio de desenvolver e consolidar o movimento, as lideranças cooperativistas tinham absoluta consciência das dificuldades em organizar-se em um sistema único num país de proporções continentais. Distâncias, diferenças culturais e de desenvolvimento poderiam comprometer a unidade do movimento. Por isso, para compor a OCB foram criadas as Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs). As 27 OCEs surgiram para ser o elo entre a entidade nacional e a realidade de

Horizonte. Apartir da união de duas entidades Cooperativas pré-existentes; são elas: (ABCOOP) União Nacional de Cooperativas e (UNASCO) União Nacional das Sociedades Cooperativas.

Atualmente a OCB está sediada em Brasília, sendo responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista. Também sendo de sua responsabilidade a preservação e o aprimoramento do sistema, além de conceder incentivo e orientação das sociedades cooperativas.

Sua missão é representar o sistema cooperativista nacional, respeitando a sua diversidade e promovendo a eficácia economia e social das cooperativas e sua visão é ser reconhecida como entidade de excelência, promotora de sustentabilidade do cooperativismo nacional e de promoção socioeconômica das pessoas que o integram.

Em nosso estado quem rege e organiza as diretrizes do cooperativismo é a OCESC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), no qual substituiu a ASCOOP (Associação das Cooperativas de Santa Catarina). Sendo essa substituição fruto da Lei 5.764/71, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o Regime Político das Cooperativas.

De acordo com o artigo 6º da Lei 5.764/71 as cooperativas além de serem classificadas pelo ramo de atividade, também podem ser classificadas pelo grau a que pertencem. De acordo com a classificação, existem três graus de cooperativas no sistema cooperativo: 1º Grau as singulares; 2º grau as Centrais e federações e de 3º Grau as confederações.

As cooperativas singulares devem ser constituídas por no mínimo 20 pessoas físicas e tendo como objetivo a prestação de serviços aos associados. Esse tipo de grau cooperativo possui um objeto econômico próprio, no qual a caracteriza.

As cooperativas centrais e federações devem ser constituídas de no mínimo três singulares. Seu principal objetivo é organizar de maneira própria e com maior escala os serviços assistenciais e econômicos de interesse das filiadas, orientando suas atividades e facilitando seus serviços.

As confederações são formadas por no mínimo três centrais ou federações e representam as associadas em questões mais ampla

cada município brasileiro onde o Cooperativismo está presente. A partir delas o sistema pôde ter a exata dimensão das necessidades do movimento no tempo, no momento e no ritmo certos. Por meio das OCEs, a OCB dimensionou cada passo a ser dado, cada decisão a ser tomada. Estas OCEs passaram a ser os agentes políticos e representativos que zelam e divulgam a doutrina cooperativista, defendendo os interesses do movimento em seus estados. Membros do sistema, ficou sob a responsabilidade das OCEs registrar, orientar e integrar cooperativas, promovendo treinamento, capacitação e, tornando possível a profissionalização e a autogestão cooperativas.

CAPÍTULO III - COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO

Como dito anteriormente, o processo mundial de urbanização vem ocorrendo como uma evolução das forças produtivas. Com o advento da revolução industrial a estrutura econômica da agricultura passa a evoluir para o modelo urbano-industrial, com a criação das cidades. Com a elevação da renda do setor industrial, que chega a superar o do setor agrícola, foi introduzido um processo migratório do campo para as cidades industriais. Junto com essa migração vários problemas ocorreram, dentre eles o déficit habitacional, que atualmente está crescendo em diversos países. Segundo (Vieira et al, 2003), no Brasil são mais de 10 milhões de brasileiros que não tem acesso á moradia. Alguns vivem em imóveis abandonados outros em favelas e alguns simplesmente não têm onde morar vivendo na rua.

Oficialmente o cooperativismo habitacional no Brasil surgiu através de aprovação de lei específica. Geralmente as cooperativas brasileiras incentivam a propriedade privada, visando à aquisição da casa própria. Elas podem até ser consideradas consórcios para a construção de casas, pois após o termino do projeto elas são liquidadas. Porém atualmente estão surgindo novos modelos de cooperativas habitacionais, dentro do sistema de autogestão. Observamos que atualmente no Brasil temos 242 cooperativas habitacionais, com 1.676 empregos diretos, no qual atendem 101.071 associados. OCB (2011),

Por sua vez o cooperativismo habitacional no Uruguai remonta a década de 60 do século XX. Foi nessa época que o Uruguai sofreu uma forte crise econômica, derivada da escassez de recursos minerais e energéticos, aliados á uma queda de preços dos principais produtos de exportação, que na época eram os derivados da criação de gado, principalmente carne, couro e lã.

Os trabalhadores uruguaios estavam sofrendo com o desemprego e a falta de moradia. Todos os problemas econômicos e sociais são bem explanados por José Eduardo Baravelli, quando nos aponta que:

...no ano de 1967, a inflação monetária uruguia ultrapassou 136% ao ano. A taxa de câmbio elevou a cotação do dólar a 128 pesos uruguaios quando era de 11 pesos em 1962. Os impactos na construção civil foram proporcionais. Em 1956 ano do pico da relação PIB per capita, foram construídos mais de 1,5 milhões de metros quadrados no país. Em 1963, foi construída metade desta área. Apesar da inflação, o valor de face dos financiamentos habitacionais promovidos pelo Estado decresceu de 10 bilhões de pesos uruguaios em 1958 para 350 milhões em 1968 (Melgar, Cancela, 1985 apud Baravelli, p. 63, 2006).

Duas modalidades de cooperativa de habitação obtiveram sucesso no Uruguai, a de poupança prévia também chamada de “*ahorro previo*”, a qual é semelhante às cooperativas habitacionais brasileiras. E o outro modelo é a cooperativa de habitação por ajuda mútua, a qual já garantiu moradia há mais de 60 mil pessoas no Uruguai. Esta divisão das cooperativas está determinada na Lei levando em conta a forma de execução da obra .

Nas cooperativas da modalidade poupança, os associados formam uma empresa cooperativa finalizando conseguir empréstimos com uma taxa de juros mais baixa. Após conseguir o empréstimo, os cooperados contratam uma empresa especializada, geralmente uma empreiteira para fazer a obra, mas a obra é administrada pela cooperativa, incluindo a compra dos materiais. Assim esse tipo de cooperativa habitacional, pode ser caracterizada também como uma cooperativa de crédito mútuo.

Já a modalidade de cooperativa de habitação por ajuda mútua (moradia dos associados), será conseguida através da cooperação da capacidade produtiva entre eles. Ou seja, como os cooperados não possuem vínculo algum com as empresas da construção civil, fica a cargo deles todas as etapas da obra. Como uns ajudam os outros é nesse tipo de cooperativa (autogestionária) é aonde encontrado o verdadeiro significado da fraternidade cooperativista. Estas cooperativas adquirem ou conseguem o terreno do poder público.

3.1 Cooperativas de habitação por ajuda mútua

Os cooperados participantes do modelo de ajuda mútua, geralmente são de famílias de baixa renda, que se beneficiam de acesso ao crédito habitacional.

A ajuda mútua é um recurso econômico muito interessante e particular, pois substitui a parte mais importante da mão de obra contratada pela dos próprios interessados, dessa maneira há uma enorme redução dos custos diretos e indiretos, mas a mão de obra especializada que a cooperativa não possui nos seus quadros é contratada por ela, . Também envolve a prática de organizações comunitárias para se dedicarem a construção coletiva do habitat. Essa organização coletiva que também é chamada de mutirão apresenta uma enorme economia, no custo final da obra. Além da redução no custo total da obra ela é muito importante na medida em que favorece a integração e solidariedade entre as pessoas.

Conforme RAMOS (2007) para funcionar perfeitamente o ideal é que exista um acompanhamento técnico, bem como apoio financeiro que deve ser público e está previsto na Lei e no Fundo Nacional. Podemos então entender que toda a crítica negativa perante o modelo de ajuda mútua se desfaz na medida em que, as cooperativas desse tipo que não deram certo, foi por conta de não estavam embasadas pelos respectivos apoios técnicos.

Além das vantagens econômicas e da elevação na eficácia no modo de produção coletivo em mutirão, outros benefícios para a comunidade são observados:

“O sistema de ajuda mútua possibilita um maior contato do morador-produtor com a habitação-produto e, portanto permitindo-lhe uma visão integrada de processo produtivo e, portanto um contato com o produto, já que o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação. (MARICATO (organizadora), 1979, p71 apud. RAMOS (2007).

Além de manter contato com o processo produtivo, os futuros moradores acabam se qualificando como profissionais nas áreas atuadas e as vezes até mesmo garantindo futuros empregos.

Conforme ABIKO, COELHO (apud. RAMOS, 2007) a construção por ajuda mutua, poderá ser gerida de três maneiras. A primeira é a administração direta ou gestão institucional, nesse caso específico de gestão cooperativa o agente público atua como financiador, gerenciador e executor. Sendo responsável por gerir todo o empreendimento, desde a elaboração de projetos, até a contratação de mão de obra. Também nessa modalidade de gestão institucional o agente público, pelo fato de decidir praticamente tudo, acaba fazendo com que os moradores percam um pouco da liberdade de escolha.

Outro modelo é o de mutirão por co-gestão o agente público atua como financiador gerenciador e executor, sendo ele também o responsável por gerir todo o empreendimento, desde a elaboração de projetos, até a contratação de mão de obra. Nesse a participação é feita de modo compartilhado, a associação comunitária pode ou não administrar os recursos oriundos dos financiamentos públicos. Caso esta se responsabilize pela administração dos recursos, deverá prestar contas ao órgão do poder público competente.

A terceira e ultima modalidade é o de mutirão por autogestão. Nesse modelo o controle do empreendimento é feito totalmente pelos moradores, assim como o controle sobre os recursos. Nesse caso todos os participantes são responsáveis pelas decisões em igualdade de condições, ou seja, as famílias que conduzem a construção são responsáveis pela manutenção das moradias. Socialmente esse é o modelo mais eficaz e que tem mostrado resultados mais eficientes.

Este modelo tem a participação de três atores, a saber: o agente promotor ou executor, a cooperativa que é o fundamental; o agente de assessoria técnica, que será detalhado no capítulo 4 e o agente financeiro e de supervisão técnica que é público.

ABIKO, COELHO (2004) apud RAMOS (2007) reforçam que o processo de construção da moradia por meio de ajuda mútua aponta aspectos positivos, onde podemos destacar a diminuição do custo da obra, que geralmente chega a 30%. Outro fato que também pesa bastante em favor da ajuda mútua, é uma melhoria na qualidade da obra, já que são os futuros moradores quem constroem, há uma enorme preocupação em detalhes como durabilidade e acabamento. Além de os cooperados estarem presentes na obra e ajudando uns aos outros, através de uma gestão participativa, acabam por conseguirem economias através do controle no uso dos recursos materiais e humanos.

Já os aspectos negativos são os que dizem respeito a velocidade das obras, que geralmente fica em torno de vinte e quatro meses, devido a falta de disponibilidade dos futuros moradores para dedicar-se em período integral no empreendimento. Também como a maioria deles não são trabalhadores da construção civil, acabam sendo menos especializados, o que aumenta ainda mais o tempo de execução da obra. Este aspecto foi sendo mitigado ao longo do processo no Uruguai e também aqui no Brasil com o aumento da contratação de mão de obra especializada nas obras, reduzindo desta foram os prazos para ente quinze e dezoito meses..

É importante salientar que as cooperativas de habitação por ajuda mútua incentivam e acabam criando valores de solidariedade. Esse processo se faz presente, pois como os associados levantam suas casas com as “próprias mãos”, acabam gerando uma coesão muito importante para o coletivo.

Conforme FUCVAM (2011)³ a autogestão é o que permite o uso mais adequado dos recursos. O grupo como um todo é responsável por tomar as decisões (desde quem serão os técnicos responsáveis pela obra, até a cor que será pintada as paredes), reforçando o compromisso do grupo com a empresa cooperativa, não são somente com os resultados sociais que incentivam a autogestão, os resultados econômicos também pesam nessa decisão.

No modelo de democracia direta, todas as decisões são tomadas de forma coletiva e a execução das mesmas é delegada para alguns companheiros e que não tem a capacidade de modificar as decisões tomadas. Nesse tipo de democracia não existem agentes intermediários na tomada de decisão, dessa maneira fica a cargo dos membros da associação participar

³ Retirado do site www.fucvam.org.uy, acesso em: 15/05/2011.

diretamente do processo de tomadas de decisões políticas, tendo poder para elaborar propostas em conjunto, ao invés de apenas eleger membros para tal atividade.

A propriedade coletiva é uma maneira de os cooperados conseguirem uma moradia digna e honrosa. Também existe uma garantia de permanecer no local de moradia, pois coletivamente se constrói, coletivamente se defende o local e a manutenção das moradias.

Para os usuários as moradias são consideradas um bem social e não uma mercadoria, ou seja, é defendido o ideal de uma propriedade comunitária, ao invés de uma propriedade privada.

Através da propriedade coletiva torna-se necessária uma permanente análise e decisão dos membros, no qual não só desenvolve uma consciência crítica sobre a realidade em que a cooperativa está inserida, como também é responsável por promover mecanismos de solidariedade social, incluindo participação responsável e madura. Dando um profundo significado aos processos mais importantes de tomadas de decisões democráticas.

3.3 Lei nacional uruguaia de habitação

Em dezembro de 1968 o parlamento uruguaio votou a lei uruguaia de habitação, (Ley Nacional de Vivienda) que é o instrumento legal mais completo em toda América Latina, no que diz respeito ao direito á moradia.

A crise da década de 60 afetou muitos setores da economia uruguaia. Dentre os quais podemos citar a indústria da construção civil. Segundo NAHOUM (2008), a lei nacional de habitação, foi fruto dessa crise, a qual plantou a semente para o desenvolvimento de políticas de habitação, dentre as quais: o planejamento habitacional; a criação da Unidade de Reajuste; a construção de um Fundo Nacional de Habitação; subsídios à construção; a generalização dos sistemas de poupança e empréstimos e as cooperativas de habitação.

Ainda segundo Chávez e Carballal apunt. Baravelli (2007), a lei nacional de moradia é oriunda da mobilização de classes (não só operárias como também empresariais) que se incrementaram não só pela consolidação de uma sociedade salarial no Uruguai, mas sim pelo início da deterioração de sua economia.

Segundo o Art. 130 da Lei Uruguaia de Moradia, as cooperativas de habitação são aquelas sociedades que, regidas pelos princípios do cooperativismo tem como objetivo principal prover alojamento adequado e estável a seus associados, mediante a construção de

moradias por esforço próprio, ajuda mutua, administração direta ou com ajuda de terceiros e proporcionar serviços complementares a habitação.

Seguido dos Art. 136 da Lei nº 13.728 de 17 de dezembro de 1968 as cooperativas de habitação uruguaias poderão utilizar o trabalho de seus sócios na construção de moradias, sendo válidos para suas modalidades: a de poupança prévia e a de ajuda mútua.

Nas cooperativas de poupança prévia a lei prevê que os esforços dos cooperados é feito através de poupança em dinheiro e nas cooperativas de ajuda mútua os esforços são feitos através do trabalho dos cooperados em sua obras.

A Lei de Habitação foi extremamente importante para o Uruguai superar a crise habitacional, assim podemos observar a seguir, onde:

O caminho aberto pela Lei de Habitação, que posteriormente foi regulamentado no que diz respeito as cooperativas pelo decreto 633/694, foi rapidamente aprovado por centenas de famílias que superaram a desconfiança inicial de uma sistema totalmente novo e formado por vários utópicos, prontamente elegeram como o mais adequado para resolver o problema da habitação. Assim, em 1975, 50% dos empréstimos porá construção de moradias era concedidos á cooperativas e dentre esses a maioria era concedido ao sistema de ajuda mútua (FUCVAM, 2011).

Com a aprovação da lei de habitação, cria-se no Uruguai uma política habitacional de caráter generalizado, pois várias camadas sociais são beneficiadas. O plano de Habitação, fruto dessa lei, criou um dos instrumentos mais importantes para que o processo habitacional fosse colocado em prática, o Fundo Nacional de Habitação, que era um imposto de 2% sobre os salários e prestações de serviços. (1% dos empresários e 1% dos trabalhadores).

A transferência dos recursos para o fundo nacional de habitação é intermediado pela área econômica governamental. Após a formação do fundo os recursos são repassados sobre a forma de subsídios aos interessados. Legalmente são previstos em lei quatro faixas de subsídio que variam de 100% (para os núcleos básicos e voluntários destinados a famílias sem rendas) até subsídios para os financiamentos que vão de 20% para as moradias com custo de construção total de US\$ 32.966,00⁴ até 46% para as moradias com custo de construção de US\$ 22.533,00.

Conforme (Vaz, 2000), a lei nacional de habitação avança em três linhas fundamentais. Primeiramente unifica as decisões da política habitacional, acabando com a dispersão anterior das mesmas em vários órgãos públicos; posteriormente unifica todos os

⁴ São valores aproximados para o mês de Agosto de 2006. Também considerar que o custo da construção do Uruguai é maior do que no Brasil. Fato esse devido ao maior custo dos terrenos, assim como da mão-de-obra.

mecanismos de financiamento público para a habitação de interesse social e estabelece as normas que permitem o funcionamento das cooperativas habitacionais, atuando como agentes promotores.

Com a implementação da lei, o poder executivo fica obrigado a elaborar planos quinquenais e anuais com diagnósticos, metas de produção, investimentos por programas, sendo que esses planos devem ser aprovados pelo parlamento (informação verbal) ⁵.

A lei prevê a classificação dos moradores para conceder os benefícios orientando-os socialmente. A organização dos futuros moradores é feita baseada nos níveis de renda e no número de dormitórios necessários para cada família. Por exemplo, em uma moradia de um casal com dois filhos, haverá dois quartos. Sendo um para o casal e um para os dois filhos, caso os filhos sejam do mesmo sexo. Se for um casal de filhos, a moradia terá três quartos. Também as habitações devem estabelecer um mínimo de área a ser construída. A partir desse mínimo são definidos quatro categorias habitacionais, levando em conta a área e o valor da unidade habitacional. As duas primeiras categorias (econômica e média) que são de interesse social gozam melhores condições de empréstimos e subsídios, como juros menores, prazos maiores e etc. (informação verbal)

Com relação ao crédito e ao subsídio a legislação adota correção monetária indexada baseada na média do aumento dos salários em todo o país. Sendo esse reajuste feito somente uma vez por ano através da UR(unidad reajutable)r ⁶. Também fica estabelecido que as prestações não poderão ultrapassar vinte por cento da renda familiar, e que os juros fiquem entre dois a oito por cento ao ano, de acordo com a renda familiar e o tipo de moradia . A legislação também define quais famílias de baixa renda que terão direito ao subsídio e as condições necessárias para conseguirem esse benefício. (informação verbal)

No que tange o sistema financeiro, a regulamentação prevê a criação de um fundo nacional para desenvolvimento do sistema financeiro nacional. As fontes para a formação desse fundo virão de:

Imposto de 2% sobre os salários e prestações de serviços. (1% dos empresários e 1% dos trabalhadores).

⁵ As informações verbais contidas nessa monografia foram obtidas através de entrevista com Leonardo Pessina que é arquiteto urbanista formado em 1968, trabalhou no Centro Cooperativista Uruguáio como arquiteto de obras e coordenador da Equipe de Habitação durante dois períodos entre 1968 e 1977. Foi fundador da Fucvam, Federación Uruguaya de Cooperativas de “Vivienda por Ayuda Mutua” e conferencista no Bouwcentrum I.E., atual IHS na Holanda.

⁶ O poder Executivo fixará anualmente o valor da unidade cadastrada, de acordo com a variação registrada do salário médio dos trabalhadores. O ajustamento será intercalado para uma base trimestral.

Emissão de obrigações hipotecárias reajustáveis;

- Prestações dos empréstimos, retorno dos subsídios correspondentes, depósitos do sistema, financiamentos externos para habitação, etc.

O capítulo sobre cooperativas de habitação na lei nacional de habitação permite que famílias de baixa renda tenham uma nova opção de condição no crédito habitacional ao invés de consumo subsidiado. Segundo Baravelli (2007) para conseguir tal benefício e seguindo os princípios cooperativistas, as pessoas interessadas devem criar uma empresa que é a união de força de trabalho, ao invés de uma união de capacidade de consumo e através dela formalizar o financiamento estatal, para finalmente obter em seu nome terra urbana, comprar insumos e contratar o assessoramento técnico previsto em lei.

Essas famílias isoladamente, ainda segundo Baravelli não poderiam assumir nenhuma dessas responsabilidades e ficariam relegadas a uma política compensatória.

Conforme a legislação uruguaia em uma cooperativa de habitação por ajuda mútua, o número de associados é no mínimo 10 e no máximo 200 pessoas, sendo que todos devem integrar uma estrutura decisória composta de diretoria, comissão fiscal, comissão de formação cooperativista e outras comissões complementares. No caso de grupos com mais de 200 pessoas, podem ser incorporados como entidades cooperativas.

A estrutura orgânica do sistema habitacional uruguaio é regulamentada pela lei nacional de habitação, essa estrutura permite combater a problemática habitacional de uma maneira coerente, definindo os órgãos e agentes, definindo assim suas responsabilidades.

Dentre os órgãos existem os do setor público, destaca-se a DINAVI (Direção Nacional de Habitação), o BHU (Banco Hipotecário do Uruguai), o INVE (Instituto Nacional de Moradias Econômicas). Do setor privado têm-se os Incorporadores (promotores privados), as Cooperativas de Habitação e os Fundos Sociais.

A DINAVI é um órgão subordinado ao MVOTMA (ministério da habitação, ordenamento territorial e meio ambiente), uma de suas principais funções é unificar e centralizar a condução de Política Habitacional, além de permitir o acesso e permanência a uma habitação condigna para todos os setores da população, gerando assim uma política habitacional abrangente e articulada com direito a terra e ao conjunto de políticas sociais. Para fazer com que toda a população resolva o problema de acesso e permanência a uma habitação condigna em um espaço equilibrado e socialmente integrados, de acordo com um modelo de desenvolvimento democrático e sustentável.

A legislação também cria o BHU (Banco Hipotecário do Uruguai), que é o órgão central do Sistema Financeiro, administrando o Fundo Nacional de Habitação e contratando

os empréstimos nas diferentes linhas de crédito. O BHU visa facilitar o acesso à moradia para famílias no Uruguai, através de empréstimos mais baratos.

O instituto nacional de moradias econômicas, equivale no Brasil a uma COHAB.nacional, sendo um órgão central do sistema público de produção habitacional e tem a responsabilidade da realização das metas estabelecidas pelos planos quinquenais e anuais com a cooperação de outros órgãos, fundamentalmente as prefeituras.

As cooperativas de habitação uruguaias são organizadas em hierárquias da seguinte maneira: cooperativas mãese unidades cooperativas do ponto de vista de sua abrangência; e cooperativas de usuários e cooperativas de proprietários, do ponto de vista da forma da propriedade.

As cooperativas mães são as que recebem de forma aberta a inscrição dos sócios com compromisso de contribuição de poupança e com a finalidade de assessorar na organização de unidades cooperativas, na definição e realização de seus programas de financiamento, bem como na compra de terrenos, projetos e construção. Existem duas formas de vínculo das Cooperativas Mães, o da categoria profissional ou empresa e o vínculo do território geográfico. As cooperativas mães “Gremiales” se desenvolveram mais na capital, Montevideú, enquanto as Cooperativas Mães “Locais” constituíram-se mais no interior do país. Estas cooperativas têm a função de divulgar a idéia de Cooperativa Habitacional e de formar as unidades cooperativas, como aconteceu na indústria têxtil, metalúrgica, da construção civil e outras.

Nas cooperativas de usuário existe o direito de uso e gozo que pode ser transferido de forma hereditária, sem conflito com o Código Civil. Nesse caso a cooperativa administra a propriedade coletiva; no caso de algum cooperado deseje se desligar da cooperativa, a legislação prevê o reembolso das contribuições efetuadas pelo próprio cooperado.

O direito de uso termina quando o sócio decide sair voluntariamente ou pela expulsão do sócio, em conseqüência do não cumprimento das prestações ou por outra falta grave a suas obrigações de sócio.

No caso de perda do direito de uso, a desocupação deverá ser feita em no máximo 90 dias. O mesmo receberá em até 180 dias 50% da integração e os 50% restantes será pago com juros legais assim que seja designado o novo sócio que irá substituí-lo.

No caso de desistência, caso seja feita após dez anos após ter sido adquirida a moradia, o usuário devera solicitar junto ao Conselho de Administração, junto com a fundamentação correspondente. Sendo justa a retirada, o sócio terá direito ao ressarcimento 90% do valor de

taxação da parte social por ele integralizada. Mesmo não sendo justificada a sua desistência ele terá direito entre 75% e 50%, dependendo do motivo a ser analisado pelo Conselho.

Fica estabelecido também que os associados deverão destinar o uso das habitações para sua moradia e de sua família, ficando proibido alugar ou ceder a moradia para outras pessoas.

Nas cooperativas de proprietários, a moradia ao ser adquirida passa a ser de propriedade privada, nesse caso cada associado responde individualmente perante o credor. Assim sendo os futuros proprietários se relacionam com a sociedade através de normas estabelecidas e o imóvel será de propriedade da cooperativa, até o final da amortização.

Vale ressaltar que pelo menos nos dez primeiros anos, o proprietário, deve destinar a moradia para a própria habitação e de sua família, não sendo permitida a exploração econômica do empreendimento, como por exemplo, o arrendamento sem causa justificada perante a Direção Nacional de Habitação.

CAPÍTULO IV - FUCVAM

As cooperativas habitacionais uruguaias se agrupam em Federações ou cooperativas de segundo grau, conforme a modalidade da execução das obras.

A FUCVAM (Federação Uruguaia das Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua) teve e ainda tem um papel muito importante na formação do cooperativismo por ajuda mútua no Uruguai, assim como nas lutas sociais do país.

As Cooperativas de poupança prévia se organizam na FECOVI (Federação de Cooperativas Habitacionais). A FECOVI trabalha junto com a FUCVAM promovendo o cooperativismo e uma participação na política habitacional.

A FUCVAM do ponto de vista legal é apenas uma associação de segundo grau, não vedada legalmente. Porém o papel da federação extrapola o aspecto legal. Sendo considerada a maior e mais ativa organização social uruguaia, no campo da habitação popular e do desenvolvimento urbano, além de unificar as mais de trezentas cooperativas de habitação por ajuda mútua existentes. Segundo Baravelli (2007) sem essa unificação dificilmente o cooperativismo teria sobrevivido às derrotas que sofreu na disputa pela gestão do fundo de habitação ou se renovado através das várias situações adversas com a qual foi submetido, assim sendo:

“... a FUCVAM desenvolve um trabalho permanente de capacitação, de quadros de direção e de organização de demanda por moradia, que de outra forma, não poderiam ser realizados, apenas entre cooperativas e entidades de assistência técnica (NAHOUM 1999).

Outra atividade importante da FUCVAM é reforçar uma rede latino-americana de movimentos sociais por moradia. Tal fato é observado pela quantidade de documentos referentes a encontros realizados com lideranças de outros países. BARAVELLI (2007)

A importância é tamanha que a FUCVAM não se relaciona apenas com países latino-americanos. Alguns países europeus estão estritamente ligados à federação, como por exemplo: Holanda, Suécia e Alemanha (no qual está diretamente ligada ao projeto Rosa Luxemburgo).

Foi fundada no interior do país, em Isla Mala, no dia 24 de maio de 1970. com os objetivos de defender os direitos comuns das cooperativas de habitação por ajuda mútua, fornecer as pessoas e cooperativas as bases e instrumentos para sua promoção social em todos

os sentidos, promover a criação de novas cooperativas, assim como instituições grêmiais, buscando alternativas para a solução da problemática habitacional.

A partir do “boom” das cooperativas de habitação no Uruguai na década de 70 do século XX, a FUCVAM atuou de maneira forte com as cooperativas de habitação por ajuda mútua, através da compra, manutenção e rodízio de equipamentos de construção civil nas cooperativas.

Segundo Baravelli a FUCVAM também organizou um sistema centralizado de compras de insumos de construção. A federação também conseguiu com que os cooperados obtivessem ganhos de escala, através da construção de uma fábrica de componentes construtivos, destinados a fornecer elementos pré-fabricados.

Desde sua fundação a FUCVAM construiu em Montevideu 1500 unidades de habitação e cinco complexos habitacionais com mais de 1800 unidades residenciais.

Em 27 de junho de 1973, o presidente Juan Maria Bordaberry com o apoio das forças armadas, iniciou a ditadura no Uruguai. Nessa fase, várias cooperativas sofreram repressões, sendo que a partir do final da década de 70 a FUCVAM além de lutar para garantir os direitos sociais, utilizava-se de seu poder de mobilização e organização para tornar-se uma das maiores forças sociais.

Em 1983 a FUCVAM consegue manter a propriedade cooperativa, no qual estava ameaçada por um decreto da ditadura militar através de uma grande mobilização, no qual culminou num abaixo assinado com mais de 600.000 assinaturas, o que representa mais de 20% da população do Uruguai na época.

A motivação das cooperativas se filiarem a FUCVAM está na obtenção de orientação quanto ao processo de construção e na facilidade de obterem financiamento de bancos estatais via federação.

Atualmente a FUCVAM possui mais de 330 cooperativas filiadas. E mais de 16 mil famílias já foram beneficiadas pelo sistema de cooperativas de habitação por ajuda mutua. Essas famílias em sua grande maioria com rendas variando entre US\$ 200,00 e US\$ 500,00 dólares (em números de 2006).

Os bairros comunitários, oriundos de cooperativas, contam com uma ótima infraestrutura, pois são providos de policlínicas, cooperativas de consumo, escolas, creches e bibliotecas. Pelo fato de toda essa infra-estrutura ser geridas através auto-gestão é notório a qualidade de seus serviços, assim como a preocupação com o bem estar coletivo.

A FUCVAM, apoiou a criação dos institutos de assistência técnicas, os IAT's, que estão previstos na lei nacional de habitação. A sua criação está fundamentada na dificuldade

em organizar grupos de famílias, que geralmente não tinham experiências em construção e nem na gestão de empresas. Por isso a sua importância para o sucesso da FUCVAM, que posteriormente organizou o seu Departamento Técnico que se relaciona com as Cooperativas e suas equipes técnicas.

A lei de habitação define os IAT's como “ aqueles dispostos a proporcionar serviços jurídicos, de educação cooperativa, financiamento econômico e social as cooperativas e outras entidades sem fins lucrativos, podendo incluir também serviços técnicos de projetos e direção das obras.

Os IAT's são entidades sem fins lucrativos, pois não podem gerar excedentes. O decreto 633/69, além de reafirmar a definição das tarefas dos institutos que são de caráter interdisciplinar de assessoramento e desenvolvimento. Descrevem suas funções como:

- Dar assistência técnica em todas as etapas do processo de construção
- Organizar os grupos humanos
- A formação nos princípios cooperativistas
- Assistência nas atividades de planificação, organização, direção e controle
- Assistência para a conservação do patrimônio

Com o início da ditadura no Uruguai os IAT's, assim como as cooperativas, quase foram eliminados, porém em 1994 com o Decreto 327/94 algumas normas foram incorporadas e os Institutos Técnicos consolidaram-se novamente. A partir desse decreto, duas novas categorias de serviços foram estabelecidas:

1. Os serviços que obrigatoriamente deveriam ser prestados;
2. Os serviços chamados de optativos, que eram a assistência jurídica e os projetos especiais (sanitário, elétrico e estrutural).

Os chamados serviços obrigatórios deveriam ter como honorário 7% do valor da obra, descontados os valores do terreno e o valor das taxas. Já os serviços optativos estavam fixados em 2% do valor da obra.

Atualmente é notório os benefícios que os IAT's trouxeram para as cooperativas e seus cooperados, conforme descreve NAHOUM (1999), “trinta anos depois de criada e com

milhares de moradias construídas por cooperativas de ajuda mutua, cremos que a existência dos IAT's, foi decisiva para o sucesso das cooperativas de habitação por ajuda mutua”.

4.1 A Criação de um Bairro Cooperativo

Praticamente todas as cooperativas habitacionais no Uruguai, obtiveram sucesso, porém um projeto merece destaque pela sua imponência. que foi a criação de um bairro cooperativo na cidade de Paysandu.

A cidade de Paysandu é a segunda cidade mais industrializada do Uruguai, sendo apenas superada pela capital Montevideú. Segundo (SIÁZARO, 2002) um grande número de indústrias começou a se fixar nessa região no início dos anos quarenta, gerando uma grande massa de trabalhadores fabris e outros prestadores de serviço e comércios aos redores das fábricas.

Do ponto de vista social, por sua vez a população local estava naturalmente disposta para os empreendimentos associativos, já que ali é muito comum haverem iniciativas grupais para movimentos. Isso se explica, pois antes mesmo de ser aprovada a Lei Nacional de Habitação no Uruguai, das três cooperativas pioneiras de habitação duas vieram da região onde se localiza Paysandú. Uma em Salto, no Norte da região e outra em Rio Negro ao sul. Após a aprovação da lei de moradia, tem-se um marco institucional para o desenvolvimento do movimento cooperativo de habitação, e em poucos anos dezenove cooperativas de habitação foram criadas.

Segundo SIÁZARO (2002) a partir do final dos anos sessenta ocorreram em Paysandu dois fenômenos independentes, mas que passariam a ser complementários. O primeiro é o decaimento da atividade horti-fruti na periferia da zona urbana. E o segundo é a influencia da recém aprovada lei de habitação, a qual acima citada favoreceu a vinda de numerosos grupos cooperativos, que buscaram terrenos para construir. Porém se depararam com altos preços dos prédios centrais, assim como áreas insuficientes para garantir programas com mais de quarenta moradias.

Nos anos que compreenderam 1972 até 1975 foi a etapa de planificação da obra. Como o interesse inicial das cooperativas era pela zona norte, esperadamente aconteceu um incremento dos valores da terra. Para não deixar que a situação chegasse ao patamar onde o preço da terra ficaria caro demais para as cooperativas. Os dirigentes da Mesa Departamental,

que é uma filial da FUCVAM, trabalharam em conjunto com os técnicos assessores da oficina regional do Centro Cooperativo Uruguaio (CCU), desenhando então um plano de compra dos terrenos dessa zona pelo Estado. Esse plano foi proposto ao órgão encarregado da política de habitação DINAVI, que na época era presidida pelo engenheiro Frederico Soneira.

Conforme SIÁZARO (2002), para elaboração da proposta foram levantados todos os terrenos da zona norte e suas características físicas para implantação de conjuntos habitacionais cooperativo.

Finalmente em 6 de dezembro de 1973 o CCU e a Mesa Departamental da FUCVAM entregaram a DINAVI o plano completo de compra de prédios na zona norte. Esse plano iria conter mais uma variante de reserva mediante aquisições na zona Leste da cidade, já prevendo que os fenômenos especulativos na zona norte poderiam arruinar a capacidade operativa e aquisitiva do Estado.

A DINAVI abraçou essa idéia e foi aos poucos comprando os terrenos disponíveis. O convencimento da DINAVI foi tamanho, que anos depois o BHU continuou a compra dos terrenos.

A proposta de compra dos terrenos foi muito importante para o processo de crescimento da cidade e para o desenvolvimento do cooperativismo local. A formação do bairro estava indo tão bem, que a empresa local de ônibus que também era uma cooperativa de transporte, desenhou novos circuitos locais para poder atender o novo bairro que se criava.

Atualmente a cidade de Paysandu cresce rapidamente em sua porção norte, fazendo parte as seguintes cooperativas: COVISAN 1 com trinta moradias; COVISAN 2 com quarenta e sete; COVISAN 4 sessenta e sete; COVISAN 6 cinqüenta; COVISAN 8 trinta e duas; COVISAN 9 trinta e nove; CIVISAN 10 trinta e oito; COVIANUT trinta e oito; COVISAP quarenta; COVIFE II quarenta; COVINOR II quarenta e por fim COVIOSE trinta e oito. Ao total são mais de quinhentas moradias que atendem mais de 1.160 pessoas na zona norte da cidade e mais 5.200 pessoas espalhadas pelas outras aeras da cidade, totalizando mais de 6000 pessoas beneficiadas pelas cooperativas de habitação. Totalizando mais de 6% da população da cidade de Paysandu.

É notável constatar o que a união organizada de pessoas é capaz de promover, no que diz respeito ao desenvolvimento social e urbano.

CAPÍTULO V - CONCLUSÃO

O presente estudo analisou uma experiência exitosa de cooperativismo habitacional autogestionário embasado num projeto político-ideológico da economia solidaria vivenciada no Uruguai a partir dos anos 60.

Dentre todos os países em que o cooperativismo habitacional está presente, o Uruguai provavelmente é o que conseguiu obter maior brilhantismo frente aos demais. Seja na questão da moradia, ou seja, na questão social.

As cooperativas de habitação por ajuda mútua estudadas nessa pesquisa representam uma definição de empreendimentos autogestionários passíveis de superar as relações estabelecidas no modo de produção capitalista.

As cooperativas de habitação no Uruguai além de resolverem os problemas habitacionais no país, demonstraram-se capazes de proporcionar práticas sociais, nos quais não são muito vivenciadas no atual modo de produção.

Também se constatou que as pessoas integrantes das cooperativas de ajuda mútua aderem um projeto-ideológico, e que através da execução do projeto acabam retomando a autoconfiança, pois ao verem os frutos gerados produzindo com suas “próprias mãos”, acabam acreditando em sua capacidade, fazendo com que não sintam a necessidade da relação de hierarquia e subordinação, tão comum na sociedade burguesa.

Também ficou constatado que um dos grandes responsáveis por esse sucesso foi a Fucvam, considerada um dos movimentos sociais mais atuantes no Uruguai, sendo uma importante instituição na criação de novas bases sociais dentro do modo de produção capitalista. Devido a sua importância no âmbito social, a federação tem participado ativamente ajudando o país na formação de políticas sócio-econômicas, favorecendo o fortalecimento de um consolidado Estado de bem estar social.

No estudo apurou-se ações inovadoras de inclusão social que as cooperativas autogestionárias geram através da capacitação dos cooperados contribuindo para a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, gerando assim uma forma de renda. Essas políticas de caráter emancipatórias, acabam gerando mudanças nos pilares hegemônicos que visam somente políticas compensatórias. Nesse contexto ficaram evidentes as diferenças entre as cooperativas uruguaias de habitação por ajuda mútua, as quais são regidas pela autogestão e as cooperativas habitacionais brasileiras, essa que atendem o modelo empresarial dentro das

normas capitalistas, objetivando reduzir custos e ampliando assim o lucro através da mais-valia ampliada.

Apesar de a teoria hegemônica partir do princípio que o resultado mais eficiente, no que diz respeito a produtividade vem do debate que envolva apenas uma decisão como fator de produtividade, ratifica-se através da presente pesquisa que, as economias solidárias através das decisões de caráter coletivo conseguiram obter altas produtividades. Podemos considerar que os investimentos em educação e capacitação técnica, além do auxílio dos institutos de assistência técnica, foram fundamentais para ter-se obtido tanto êxito.

Um feito de grande magnitude do cooperativismo habitacional foi a criação de um bairro cooperativo na segunda cidade mais industrializada do Uruguai. Ao analisar esse empreendimento cooperativo, ficou evidente a importância da Fucvam como organizadora social através de uma participação ativa na promoção do bem estar social atribuído a articulações político econômicas. O modelo de cooperativismo habitacional autogestionário aplicado pela Fucvam mostrou-se um sucesso, pois está em sincronia com a lei de habitação uruguaia.

Enfim, através dessa pesquisa concluí-se que o modelo cooperativo habitacional uruguaio de autogestão pode ser utilizado por outros países como forma de combate ao déficit habitacional pela solução de problemas sociais. Porém para dar certo, em países como o Brasil, deverão encarar as cooperativas autogestionárias como uma plataforma de transformações institucionais, ao invés de considerá-las apenas mais um programa habitacional. para ai sim, poder enfrentar o processo especulativo habitacional.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA LAS AMÉRICAS. Disponível em <<http://www.aciamericas.coop>>. Acesso em: 14 março 2011.

ALVES, Marco Antonio Pérez. **Cooperativismo – Arte e Ciência**. São Paulo: Liv. e. Ed.Universitária de Direito, 2002.

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. 1965.

BANNOCK, G. et al. **The Penguin dictionary of economics**. Middlesex: Penguin Books, 1977.

_____.BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo**: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2006

BENATO, João Vitorino Azolin. **O ABC do cooperativismo**. São Paulo: ICA, 1994.

_____. Disponível em <<http://www.brasilcooperativa.com.br>>. Acesso em: 28 maio 2011.

CENZI, Nery Luiz. **Cooperativismo**. Curitiba: Juruá, 2009.

CRÚZIO, Helnon de Oliveira, **Como Organizar e Administrar uma Cooperativa**, 1º ed. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Antônio. **Cooperativa de crédito**: o que é e quais seus benefícios. Brasília:

NAHOUM, Benjamím. **Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayias**: una história con quince mil protagonistas. Montevideo, Intendencia Municipal, 1999.

MOTTA, Fernando C. Prestes; et al. **Participação e participações: ensaios sobre autogestão**. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

OCESC. Disponível em <<http://www.ocesc.org.br>>. Acesso em: 06 abril 2011.

OCB. Disponível em <http://www.ocb.org.br>. Acesso em: 03 abril 2011.

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo**: guia prático. Porto Alegre: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo**. São Paulo: Saraiva, 1977.

PINTO, Florentino Carvalho ; et al. **Uma historia do cooperativismo sob a perspectiva utópica**, 2009

RAMOS, Lélia Amanda de Carvalho. **A participação popular no exercício das políticas públicas habitacionais como fator de influência no produto habitacional construído e apropriado**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 2007

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro:DP&A Editora, 2000.

SIÁZARO, Carlos. **Las cooperativas de vivienda por ayuda mutua uruguayias**: una história con quince mil protagonistas. Montevideo, Intendencia Municipal, 1999.

SINGER, P. I. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VERAS NETO, Francisco Quintanilha. **Cooperativismo**: nova abordagem sócio-jurídica. Curitiba: Juruá, 2002.

ANEXO

SIMBOLOS DO COOPERATIVISMO

Figura 1: Emblema do Cooperativismo



Fonte: Agroindustrial Cooperativa, 2011

Segundo SOUZA (2011), antigamente o pinheiro era tido como um símbolo da imortalidade e da fecundidade, pela sua sobrevivência em terras menos férteis e pela facilidade na sua multiplicação.

O emblema é formado por um círculo abraçando dois pinheiros. O círculo representa a vida eterna; pois não tem horizonte final, nem começo, nem fim. O pinheiro significa a imortalidade, perseverança e fecundidade. O verde escuro presume as plantas e folhas, o princípio vital da natureza. O amarelo ouro figura o sol, fonte permanente de energia e calor. Por fim os dois pinheiros expressam a necessidade de união e cooperação.

Os pinheiros por estarem apontando para o alto, numa trajetória ascendente indicam o desejo de subir cada vez mais, demonstrando crescimento. O círculo ao abraçar os dois pinheiros indica a necessidade da coesão entre o movimento.

A figura 3 representa a primeira bandeira do cooperativismo. Assim como o emblema, a bandeira possui significados referentes a universalidade e pluralidade das idéias do cooperativismo.

A bandeira foi proposta por Charles Gide, sendo adotada em 1923 pela ACI, como distintivo universal do movimento cooperativista. A bandeira conforme a figura 2 encontra nas cores do arco-íris o caráter pluralista e universal, ou seja, tanto homens como mulheres de todos os credos, religiões e ideais, se unem. Trabalhando pelo bem estar comum a todos.

Figura 3: Primeira Bandeira do Cooperativismo



Fonte: EDUCREDI, 2011

Figura 2: Significado das Cores na Bandeira do Cooperativismo

	Vermelho: Universalidade
	Alaranjado: Democracia
	Amarelo: Justiça
	Verde: Economia
	Azul: Difusão
	Azul Anil: a Unidade
	Violeta: Liberdade

Fonte: EDUCREDI, 2011

Durante reunião realizada em Roma, no mês de abril de 2001, o conselho de administração da ACI, decidiu mudar a bandeira do cooperativismo. A motivação dessa mudança foi promover e consolidar claramente a imagem cooperativa, pois a bandeira antiga era utilizada por outros grupos não-cooperativos, gerando confusão em alguns países.

A bandeira atual substituiu o tradicional arco-íris, por uma de cor branca com a logo da ACI no centro, do qual emergem pombas da paz.

Figura 4: Atual Bandeira do Cooperativismo



Fonte: Agroindustrial Cooperativa, 2011.